

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.013](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.013)

DOS 'LAÇOS SOCIAIS' AOS 'LAÇOS FAMILIARES': A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO CONSERVADOR

Larissa Scotta

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) lariscotta1@gmail.com. Servidora do Instituto Federal Farroupilha (IFFar).

RESUMO

Este artigo problematiza o contexto neoliberal conservador brasileiro, enfocando mudanças consistentes em curso relativas à destruição do vínculo educacional em particular e dos vínculos sociais em geral. A partir das lentes teórico-metodológicas da governamentalidade proposta por Michel Foucault, toma-se como objetos de análise o Programa Escola sem Partido e o movimento a favor da escolarização doméstica. A tese defendida é a de que tanto a aprovação do projeto de lei relativo ao *homeschooling* pela Câmara dos Deputados, em maio de 2022, quanto o Escola sem Partido, que também visa dar respaldo legal às suas propostas baseadas na prevalência da família na educação moral dos filhos, traduzem no campo da educação processos e políticas conservadoras que encaminham para uma tentativa de rompimento do pacto social criado em torno da escola e da própria ideia de vida em sociedade. Tais processos e políticas são instituídos em um contexto de radicalização da governamentalidade neoliberal que estabelece a elevação do indivíduo/privado sobre o coletivo/público e supervaloriza os laços familiares em detrimento dos laços sociais.

Palavras-chave: Educação. Governamentalidade. Neoliberalismo. Conservadorismo. Família.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca problematizar, a partir das lentes teórico-metodológicas da governamentalidade proposta por Foucault, acerca da educação brasileira no contexto do neoliberalismo conservador, enfocando mudanças consistentes em curso relativas à destruição do vínculo educacional em particular e dos vínculos sociais em geral.

Para tanto, toma-se como objeto de análise o movimento a favor da escolarização doméstica, que obteve junto à Câmara dos Deputados a aprovação do Projeto de Lei nº 1338/2022 (apensado ao PL nº 3179/2012), que dispõe sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica no Brasil, e o programa Escola sem Partido, que defende a imposição dentro das escolas de um determinado ‘conjunto de valores e regras de ação’ (FOUCAULT, 1984) orientados segundo a disposição do modelo de família heteronormativo patriarcal.

A primeira parte do texto estabelece uma relação entre neoliberalismo e educação, visando demarcar sob que sustentação teórico-metodológica este trabalho se assenta. A segunda recupera algumas das bases históricas do neoliberalismo, forjadas dentro do binômio ‘mercado-moral’, enfocando uma política de valores familiares delineada a partir da convergência de neoliberais e conservadores. A terceira parte traz uma análise do movimento pelo *homeschooling* e do programa Escola sem Partido na conjuntura de recrudescimento do ‘núcleo moral’ do neoliberalismo no país.

A tese defendida é a de que tanto a aprovação do Projeto de Lei que possibilita o *homeschooling*, pela Câmara dos Deputados, em maio de 2022, quanto o programa Escola sem Partido, que também visa transformar em lei suas propostas baseadas na prevalência da família na educação moral dos filhos, traduzem no campo da educação processos e políticas que encaminham para uma tentativa de rompimento do pacto social criado em torno da escola e da própria ideia de vida em sociedade. Tais processos e políticas, que irrompem por meio de disputas de saber-poder, são instituídos em um contexto de radicalização da governamentalidade neoliberal conservadora que estabelece a elevação do indivíduo/

privado sobre o coletivo/público e supervaloriza os laços familiares em detrimento dos laços sociais.

1 NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO SOB AS LENTES DA GOVERNAMENTALIDADE

Quando se aborda a relação entre neoliberalismo e educação, frequentemente são discutidas as consequências advindas das políticas de privatização em termos de produção de desigualdades entre as escolas públicas e escolas privadas e a consequente polarização social. Outra questão bastante problematizada se refere à profusão do léxico neoliberal de ‘gestão’ na linguagem da escola. Essas e outras alterações têm atingido muito fortemente países como o Brasil, que prefigura na vanguarda na escola neoliberal (LAVAL, 2019).

De fato, desde que o modelo neoliberal começou a se impor no país, a partir da década de 90, tanto as políticas voltadas à educação quanto as concepções de escola e de conhecimento têm sido pautadas segundo critérios relativos à ‘dinâmica do mercado’, que dentro de uma perspectiva biopolítica, passam a ser disseminados para o todo da população. Nesse cenário, a escola é configurada como um espaço de construção de ‘capital humano’, isto é, de habilidades, capacidades e aptidões úteis aos processos econômicos por ‘empreendedores de si mesmos’ (FOUCAULT, 2010).

A despeito dessas alterações em curso, Christian Laval (2019) salienta que um dos aspectos mais importantes e menos visível da extensão da lógica do mercado aos domínios da educação se refere às mudanças de comportamentos e valores que apontam para conflitos entre os ‘valores coletivos e o interesse privado’. Nesse sentido, esse trabalho busca lançar luz sobre o modo de condução das condutas na governamentalidade neoliberal que tem produzido certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades, que encaminham para o rompimento do pacto social criado em torno da escola e para a corrosão da própria ideia de sociedade.

Para tanto, é mobilizado o conceito de governamentalidade desenvolvido por Michel Foucault, entendido como uma noção metodológica a partir da qual podemos ver a disposição das coisas (FOUCAULT, 2008, 2010). Operar com esse conceito significa olhar

para a maneira como se conduz a conduta dos homens e para as relações de poder que lhes são intrínsecas, a partir da compreensão de que os sujeitos não são entidades abstratas e universais, mas constituídos pelas práticas estabelecidas por uma certa racionalidade política a que estão submetidos em um determinado momento histórico.

O conceito de 'governamentalidade' formulado por Foucault pode assumir múltiplas formas. Na obra *Segurança, Território, População*, o filósofo afirma que:

Por essa palavra, governamentalidade, eu quero dizer três coisas. Por governamentalidade, eu entendo o conjunto constituído pelas instituições, pelos procedimentos, análises e reflexões, pelos cálculos e pelas táticas que permitem exercer esse modelo bem específico, ainda que complexo, de poder, que tem por alvo principal a população, por modelo principal de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por governamentalidade, eu entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, conduziu incessantemente, durante muito, muito tempo, à preeminência desse modelo de poder que se pode chamar de governo sobre todos os outros: soberania, disciplina etc. [...] enfim, por governamentalidade, eu acredito que seria preciso entender o processo, ou melhor, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, como se viu pouco a pouco governamentalizado (FOUCAULT, 2008, p. 243).

Tendo em vista as múltiplas possibilidades de trabalho a partir desse conceito, neste artigo busca-se compreendê-lo como uma forma de racionalidade que organiza as práticas de governo desenvolvidas em um determinado momento histórico e sociedade. Trata-se de como pensamos a ação de governar, de como certas práticas e tecnologias são empregadas a fim de dirigir a conduta dos homens, não tanto na base do comando vertical e despótico, mas principalmente "a partir do monitoramento do meio, não necessariamente fixando o que se deve fazer e o que não se pode [...] mas estabelecendo o campo das possibilidades, a latitude das condutas" (PELBART, 2019, p. 102).

A partir das lentes teórico-metodológicas da governamentalidade e das contribuições de autores como Pierre Dardot (2021, 2016), Christian Laval (2021, 2019, 2016), Wendy Brown (2019) e Melinda Cooper (2022), que partem do pensamento foucaultiano e problematizam, sob diferentes enfoques, as mudanças epistemológicas advindas da arte neoliberal de governar, toma-se como objetos de análise o movimento pelo ensino domiciliar e o programa Escola sem Partido, manifestações da racionalidade política neoliberal conservadora no contexto educacional brasileiro que põem em circulação discursos relativos à liberdade de escolha, à proteção da esfera privada e dos valores tradicionais da família, da religião e da nação.

2 O BINÔMIO 'MERCADO-MORAL' E O PROJETO POLÍTICO DO NEOLIBERALISMO

A partir de Dardot *et al* (2021), entende-se que o neoliberalismo pode ser entendido como uma racionalidade estratégica, como um conjunto de relações (de composição ou de aliança, mas também de antagonismo) com outras racionalidades políticas, como o conservadorismo, por exemplo, que desde o início aponta para um projeto político de imposição à sociedade de certas normas de funcionamento, entre as quais figura 'a guerra pela concorrência e contra a igualdade.

A dimensão estratégica do neoliberalismo consiste na capacidade de apresentar, de um lado, uma face dinâmica e modernizadora e, de outro, uma face conservadora que confere lugar nodal à tradição, à família e à religião cristã. Essa plasticidade permite explicar por quais razões o neoliberalismo se encontra, em determinados momentos históricos, imbuído com a democracia liberal, mas também possibilita entender por que, quando a ordem do mercado parece ameaçada, ele se aproxima das formas políticas mais autoritárias e da violação dos direitos individuais mais básicos.

Na obra *Nascimento da Biopolítica*, Foucault (2010) aponta que o neoliberalismo se constitui em uma prática de governo que, por meio de intervenções precisas no meio, é capaz de dirigir as condutas humanas, não por imposição, mas pela construção de um sujeito, o '*homo economicus*', que livremente exerce o que se

espera dele. O que emerge com a governamentalidade neoliberal é toda uma capacidade não de reprimir condutas, mas de fomentá-las, com o intuito de criar e manter vivas as condições para a emergência de um modo de vida próprio em que todas as relações sociais, inclusive aquelas que não pertencem ao domínio próprio da economia, passem a funcionar a partir da lógica da concorrência. Trata-se, em resumo, da extensão da “lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 34).

O propósito de fazer com que os indivíduos internalizassem a racionalidade econômica como a única possível foi alcançado devido a ‘doses maciças de intervenção e de reeducação’ na sociedade (SAFATLE, 2021). De fato, desde os ordoliberalis alemães, na década de 30, mas sobretudo a partir do Colóquio Lippmann, realizado em 1938, e da criação da Sociedade *Mont Pèlerin*, em 1947, o que se delineia em termos de projeto neoliberal é a produção de uma ‘concorrência pura’.

A defesa intransigente do mercado e das liberdades individuais em detrimento do Estado social e das formas coletivas de sociabilidade situava-se desde o início como um objetivo a ser alcançado. Para tanto, era necessária a internalização de predisposições psicológicas visando à produção de um tipo de relação consigo, com os outros e com o mundo realizada a partir da generalização da dinâmica de mercado. Esta foi realizada por meio da repetição incessante de exortações morais que levavam a compreender toda resistência a este imperativo como um problema de ordem moral (SAFATLE, 2021).

O discurso que aponta a preocupação com ‘os perigos que rondam a civilização’ e a necessidade de ‘resgate’ dos valores morais, sociais e políticos que estariam ‘em ruínas’ aparece pela primeira vez na Declaração de Objetivos da Sociedade *Mont Pèlerin* e vai ser repetido ao sempre que importar produzir a compreensão de que as crises econômicas vigentes são crises morais, de abandono dos valores tradicionais.

Brown (2019) vai ainda mais longe na relação estabelecida entre ‘mercado’ e ‘moral’, sustentando que somente voltando às ideias neoliberais fundadoras, em particular a Friedrich von Hayek, fundador da *Mont Pèlerin*, é possível compreender a ‘arquitetura da

razão' que liga a moralidade tradicional ao neoliberalismo. A tese de Hayek é que o mercado e a moral, juntos, seriam o fundamento da liberdade, da ordem e do desenvolvimento da civilização. Mais que um projeto de ampliação da esfera da competição e valoração do mercado, o neoliberalismo pensado por Hayek é um projeto político-moral que busca proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social e restringindo o alcance do poder político democrático.

Nesse escopo, a proteção da esfera privada, que não diz respeito somente ao reconhecimento da 'propriedade' privada, mas atinge as próprias pessoas, vai ser amplamente posta em prática. Tal proteção deve se realizar contra a interferência nas ações dos indivíduos por parte de uma variedade de fontes, entre as quais figuram o poder coercitivo do Estado e a coerção exercida pelas formas democráticas como a igualdade, a inclusão, o acesso e a justiça social (BROWN, 2019). É sustentando esse posicionamento que Hayek defende que "se deve permitir ao indivíduo, dentro de certos limites, seguir seus próprios valores e preferências em vez dos de outrem; e que, nesse contexto, o sistema de objetivos do indivíduo deve ser soberano, não estando sujeito aos ditames alheios" (HAYEK, 1990, p. 84).

É a partir de uma apropriação discursiva muito peculiar da ideia de liberdade que o neoliberalismo vai produzir e fazer circular uma concepção de 'esfera pessoal protegida' destituída da ideia do social e que assegura poderes desigualitários de raça, classe, gênero e sexualidade. Em nome de uma ordem privada, homogênea e familiar, a expansão dessa esfera tem produzido um *ethos* que rejeita uma ordem pública, plural, secular e democrática (BROWN, 2019). Os efeitos desse *ethos* são o aprofundamento da ideia do 'mercado' como instância reguladora da totalidade da vida, a diluição dos laços sociais e o conseqüente fortalecimento da instância familiar.

Resumidamente, sob a perspectiva da soberania do indivíduo/privado sobre o coletivo/público, da defesa das liberdades individuais e das normas morais tradicionais, o projeto do neoliberalismo é o de tornar em ruínas a sociedade e a ideia do social, entendido como o local da justiça, da igualdade e do bem comum. Segundo

Brown (2019), esse dismantelamento da sociedade vem se realizando em diferentes instâncias:

Epistemologicamente, o dismantelamento da sociedade envolve a negação de sua existência, como Thatcher fez nos anos 1980. Politicamente, envolve o dismantelamento ou a privatização do Estado social – seguridade social, educação, parques, saúde e serviços de todos os tipos. Legalmente, envolve o manejo de reivindicações de liberdade para contestar a igualdade e o secularismo, bem como as proteções ambientais, de saúde e segurança, laborais e ao consumidor. Eticamente, envolve a contestação da justiça social por meio da autoridade natural dos valores tradicionais (BROWN, 2019, p. 48-49).

A referida autora (2019) salienta que, dentre todas as realizações neoliberais, é preciso pôr em evidência uma das mais impressionantes, que diz respeito ao dismantelamento epistemológico, político, econômico e cultural que transformou o indivíduo em um capital humano e a família em unidade econômico-moral que funciona como sustentáculo da economia de livre mercado e como protagonista na formação social.

Se o objetivo dos neoliberais era o de elevar a empresa a modelo de subjetivação, fazia-se necessário que indivíduos e famílias pensassem e agissem segundo a ótica empresarial. Para tanto, a forma-empresa foi tomada como uma ‘forma celular’ de moralização do indivíduo trabalhador, do mesmo modo que a família é a ‘forma celular’ da moralização da criança. (DARDOT; LAVAL, 2016). Deriva daí a introjeção permanente nesse indivíduo do ‘dever moral’ de buscar o autoinvestimento perspicaz e estratégias empreendedoras baseadas na responsabilização, tal como a figura do pai de família trabalhador, econômicos e previdente.

Decorre, também, a valorização da família enquanto lugar de investimento dos pais na criação dos filhos, visando à acumulação de capital humano e a um rendimento mais elevado. É nesse sentido que determinados valores familiares serão promovidos. Tal promoção, como será apontado na seção a seguir, se coaduna com uma concepção teológico-conservadora e compõe “uma estratégia de conjunto visando substituir os mecanismos redistributivos e a

participação na vida pública pelas lógicas exclusivamente privadas” (DARDOT *et al*, 2021, p. 212).

2.1 O GOVERNO DA FAMÍLIA NA GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL

Com o propósito de destruir a ideia de sociedade e de impor o primado do indivíduo sobre o coletivo, o neoliberalismo tem lançado mão, ao longo de sua história, do recurso a determinados valores considerados estrategicamente necessários. Um deles se refere aos valores tradicionais da família. Segundo Melinda Cooper (2022), essa é uma dimensão do neoliberalismo estranhamente obscurecida que dificulta a compreensão do projeto neoliberal. A despeito desse apagamento, trabalhos recentes da própria Cooper (2022), de Brown (2019) e Dardot *et al* (2021), têm destacado o papel significativo que o núcleo moral e religioso, tradicionalista e familista do neoliberalismo teve em toda a sua trajetória.

É preciso lembrar que foi a primeira-ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher, quem, no final dos anos 80, afirmou que “não existe isso de sociedade. Existem apenas homens e mulheres e existem famílias”. As condições de produção desse discurso de soberania do indivíduo em relação ao coletivo e do acionamento da família como a ‘última unidade operacional’ dentro da ordem social estão diretamente relacionadas à política econômica neoliberal implantada pela primeira-ministra, que ia de encontro às proteções advindas do Estado de bem-estar social. Repassar os custos sociais para os homens e mulheres e suas famílias significava a implantação de um modelo socioeconômico de governo e gestão social das subjetividades que visava à produção de um tipo de relação do indivíduo consigo e com os outros guiada pelos princípios empresariais do empreendedorismo, da competitividade, da generalização da concorrência de todos contra todos. Nesse sentido, era preciso destituir a ideia do social e minar as condições de mobilização coletivas, único modo de impedir que a política intervisse na autonomia necessária de ação da economia (SAFATLE, 2021). Isso ocorreu a partir do elogio e do apelo às hierarquias domésticas, aos valores tradicionais e à religião cristã.

É sob essa perspectiva que Thatcher selou uma aliança política entre o mercado e o conservadorismo. Uma vez que a perspectiva de existência de alguma instância para além dos indivíduos e de suas famílias é completamente estranha à lógica neoliberal, era preciso fazer da família o sistema de proteção social básico do indivíduo. Para tanto, um determinado modelo de família deveria perdurar, qual seja, o formado pelo pai provedor, pela mãe garantidora do cuidado da prole e da casa, e pelos filhos, 'capitais humanos' a serem frutificados permanentemente.

A família tende a ser acionada, pelos neoliberais, como dispositivo que conjuga a segurança do sistema de desresponsabilização do Estado com a disciplina e a autoridade, visando à manutenção da ordem desigualitária que tem feito perpetuar o patriarcado e a heteronormatividade. Por essa razão, ainda que alguns neoliberais tendam a ser menos normativos no que se refere a um tipo específico de família, a garantia da manutenção dessa instituição requer obrigações maritais e familiares que são gerenciadas mais produtivamente se seguidas as imposições conservadoras de um modelo tradicional de família.

Não é por outra razão que, a despeito de não ser evidenciada por vários autores que tratam do neoliberalismo, a centralidade da política moral dentro dessa governamentalidade é o que fez, nos Estados Unidos, na década de 70, por exemplo, com que o problema da inflação fosse creditado a uma crise moral (COOPER, 2022). Tal crise derivaria das mudanças no estilo de vida ocorridas a partir do final dos anos 60, que trouxeram em seu bojo a pauta das liberdades sexuais, a luta pela independência das mulheres e, conseqüentemente, um aumento no número dos divórcios e das famílias chefiadas por mulheres, questões que abalaram o tipo de formação familiar 'responsável', isto é, a ordem familiar então estabelecida.

Tendo essas considerações em mente, é possível estabelecer uma aliança nada fortuita entre neoliberalismo e conservadorismo que encaminha para a projeção de uma 'responsabilização familiar' a ser defendida e alimentada continuamente. No caso dos neoliberais, essa responsabilização é o que torna possível a vitalidade do mercado e o jogo concorrencial de todos contra todos, uma vez que a família funciona como um tipo de contrato de seguro mútuo primitivo que garante a sobrevivência dos indivíduos (COOPER, 2022).

No caso dos conservadores, a responsabilização da família, instituição entendida como o fundamento inquestionável da ordem social, diz respeito ao dever moral de seus integrantes de cumprirem com as ‘obrigações naturais’ de provimento, proteção e cuidado que lhes são impingidas, a partir de um ‘comportamento empreendedor diligente e responsável’ (BROWN, 2018), semelhante ao da empresa.

Nesse contexto de manutenção da instância familiar e sua consequente responsabilização, se estabelece a necessidade de sua preservação. É nesse sentido que o conceito de família passa a ser entendido como um campo de disputas entre diferentes regimes de verdade, variando conforme o tempo e o espaço em que se localizam. Se décadas atrás os embates se davam entre aqueles que defendiam a família e aqueles que contestavam tal instituição, hoje eles se situam entre aqueles que buscam preservar um determinado modelo de família, o heteronormativo patriarcal, e os que advogam para si o direito de também adentrarem na ordem familiar, como é o caso dos casais homoafetivos.

É nesse íterim que, no atual contexto de recrudescimento do núcleo moral do neoliberalismo, a família, situada como unidade quase que autossuficiente, responsável e culpabilizável pela educação e pela vida de seus membros e da própria nação, passa a solicitar proteção. De um lado, essa instituição busca proteger sua privacidade em relação à intervenção do Estado’, no sentido de resguardo da autoridade familiar. De outro, procura impedir as ameaças à moralidade e aos códigos de conduta tradicionais.

Nos domínios da educação, especialmente, é possível perceber de modo muito concreto práticas e processos que apontam para essas duas formas de proteção. Os movimentos favoráveis ao Programa Escola sem Partido e ao ensino domiciliar podem ser abordados dentro dessa ótica.

3 ESCOLA SEM PARTIDO E ENSINO DOMICILIAR NO CONTEXTO NEOLIBERAL CONSERVADOR BRASILEIRO

Nos últimos anos, uma vertente conservadora do neoliberalismo encontrou poder crescente em diversos governos e partidos de direita e extrema-direita, como na Inglaterra, com a aprovação

do Brexit; nos Estados Unidos, com a eleição de Donald Trump; no Brasil, com Jair Bolsonaro; e na Itália, Hungria e Polônia, com a ascensão de uma política carregada de elementos autoritários e antidemocráticos, para não dizer neofascistas.

Essa face que confere lugar nodal à tradição, à família e à religião cristã tem se sobressaído já há alguns anos em relação ao outro lado do neoliberalismo, dinâmico e modernizador. Esse deslocamento da oposição política no terreno dos valores, que se constitui em um dos fenômenos políticos mais importantes das últimas décadas, trouxe consigo uma ‘restauração das formas tradicionais de vida’ como modos de enquadramento hierárquico e de normalização autoritária da população e, ao mesmo tempo, o recrudescimento de uma política econômica austera, que tem impellido os cidadãos a um quadro cada vez mais drástico de precarização da vida (DARDOT *et al*, 2021).

Aqui no Brasil, antes mesmo de o slogan de inspiração fascista da Ação Integralista Brasileira ‘Deus, pátria e família’ ser retomado pela extrema direita representada pelo bolsonarismo e a ele acrescentar o termo ‘liberdade’, a convergência de ideais conservadores aos pressupostos neoliberais já vinha mobilizando uma parcela significativa da sociedade. Não por acaso, desde o início dos anos 2000, nota-se uma maior aderência a discursos que apontam para os ideais de uma fé específica (a religião cristã), uma determinada família (a heteronormativa patriarcal), um tipo de nação (voltada para as majorias) e um determinado conceito de liberdade (o da esfera pessoal protegida).

É dentro desse arranjo político-social que as conquistas nos direitos de mulheres, indígenas, negros, pessoas LGBTQIA+, entre outros, resultado das políticas públicas no campo progressista levadas a cabo principalmente pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), passaram a ser compreendidas como uma ameaça tanto por aqueles que conjugavam os valores conservadores quanto pelos que defendiam o livre mercado. Fazia necessário, portanto, restaurar uma ordem apresentada como natural e moral, definida como a base e valor supremo da civilização ocidental.

A partir de uma compreensão do conceito de liberdade formulado pelos neoliberais, para quem a liberdade significa ‘o direito de afirmar e fazer valer um conjunto de valores tradicionais

autoproclamados como equivalentes à ‘civilização’ (DARDOT *et al*, 2021) e não um conjunto de garantias contra a opressão individual e coletiva, a primeira década deste século inicia com uma guerra de valores que põe em evidência diferentes ‘regimes de verdade’, os quais situam a educação em um campo de disputa relativa às questões de gênero, sexualidade e religiosidade a partir de uma perspectiva moral cristã.

É dentro dessa conjuntura que, em 2004, o advogado Miguel Francisco Nagib criou o programa ‘Escola em Partido’, que apresenta como objetivo “inibir a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula e a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral dos seus filhos” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019, *on-line*). Seu fundador teve como inspiração grupos de pais e estudantes estadunidenses e apresenta como objetivo impedir a denominada ‘ideologização’ nas escolas, a partir da imposição de determinadas regras de conduta a serem seguidas pelos docentes. Tais condutas, cabe destacar, devem obedecer a um código moral balizado por um ‘conjunto de valores e regras de ação’ que remeteriam à defesa da família tradicional, heteronormativa e patriarcal.

A ‘neutralidade’ defendida pelo Escola sem Partido, conforme salientado no site¹ do Programa, apresentar-se-ia como um contraponto à doutrinação imposta pela esquerda brasileira, organizada a partir do apoio teórico de autores como Gramsci, Althusser, Freire e Saviani e do respaldo político dos governos do PT, dos sindicatos e da indústria dos livros didáticos.

O alcance do Escola sem Partido começou a tomar proporções nacionais sobretudo a partir de 2014, quando o então deputado federal Jair Bolsonaro e seus filhos também políticos Carlos e Eduardo Bolsonaro, com o apoio das bancadas evangélica, católica e da Frente Parlamentar em Defesa da Família, acionaram material referente ao ‘Projeto Escola sem Homofobia’ para mobilizar a sociedade em relação à distribuição nas escolas do que foi denominado por eles de ‘Kit Gay’. Esse material, lançado anos antes pelo Ministério da Educação (MEC) para promover o respeito à diversidade sexual

1 Disponível em: <http://escolasempartido.org/>. Acesso em 20 nov. 2022.

e que não chegara a ser distribuído, foi utilizado para ‘comprovar’ a disseminação de uma ‘ideologia de gênero’².

Esse modo de governo pelos valores levou a uma série de investidas junto aos legislativos municipais, estaduais e à esfera federal, visando dar amparo legal ao conteúdo difundido pelo programa. Dado o crescimento do número de parlamentares alinhados a tendências conservadoras, temas como a precedência da família em relação ao Estado e a prevalência dos valores tradicionais passaram a tramitar em todo o país. Conforme levantamento realizado pelas pesquisadoras Fernanda de Moura e Renata Aquino da Silva (2020), somente até o ano de 2020, quase 20 projetos de lei que difundiam o programa Escola sem Partido ou que apresentavam conteúdo anti-gênero foram apresentados à Câmara dos Deputados, e mais de 200 nas câmaras de vereadores e assembleias legislativas brasileiras.

Um desses projetos, o PL nº 7.180³, apresentado pelo deputado Erivelton Santana em 2014, propõe a alteração da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A ementa propõe o acréscimo, no artigo que trata dos princípios do ensino, do inciso a seguir:

XIII - respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas.

Esse projeto de lei, que teve apensadas inúmeras propostas de adendo e se encontra desde 2021 no aguardo de constituição de comissão de análise, aponta em uma única ementa a ser incluída na LDB uma alteração consistente que visa à promoção de uma

2 O termo ‘ideologia de gênero’, que não tem legitimidade acadêmica, surgiu nos anos 90 pelas mãos da Igreja Católica. É utilizado por setores conservadores e religiosos para justificar a oposição a políticas de igualdade de gênero, educação sexual e direitos LGBTQIA+. De acordo com as pessoas que utilizam essa terminologia, o propósito dessa ideologia seria o de acabar com a estrutura da família tradicional.

3 Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>. Acesso em 30 nov 2022.

determinada forma de vida em detrimento de outras, que devem ser silenciadas. A instituição familiar é tomada como a instância final capaz de determinar aquilo que pode ou não pode ser dito em sala de aula acerca dos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, alçando-se, assim, acima do Estado e do modelo de escola republicana, baseada nos ideais de pluralidade, laicidade e **democracia**.

É nesse campo de embates envolvendo a primazia da família em relação à educação moral, sexual e religiosa que houve a supressão dos termos 'gênero' e 'orientação sexual' da atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece as linhas gerais para a definição dos currículos dos ensinos infantil e fundamental nas escolas públicas e particulares do país. É também aí que residiu a crítica ao cumprimento da Lei nº 10.639/2003, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira'. Dentro de uma concepção que toma as religiões cristãs como as únicas a ingressarem na 'ordem do discurso' (FOUCAULT, 2014) escolar, a referida lei foi alvo de grupos que viam nos livros didáticos que fazem referência às religiões de matriz africana uma suposta doutrinação religiosa, a ser abolida por não ser condizente com os princípios cristãos.

Essa onda conservadora que supervaloriza os laços familiares em detrimento dos laços sociais também produziu efeitos durante o impeachment da então presidente Dilma Rousseff, ocorrido em 2016. Em um contexto de crise econômica e política, o referido processo situou-se não apenas contra a corrupção, mas também (e sobretudo), contra uma 'crise moral' vivida pelo país. Era preciso resgatar uma ideia de nação e de ordem familiar em ruínas em razão de uma degeneração moral supostamente imposta pela esquerda. Não por acaso, o léxico mobilizado pelos deputados favoráveis ao impeachment se constituiu majoritariamente em menções à 'família' (117 vezes), a 'Deus' (58 vezes) e à 'nação' (28 vezes), sendo o termo 'pedaladas fiscais', motivo pelo qual estava Dilma estava sendo julgada, utilizado apenas 8 vezes (ALMEIDA, 2018). O que essa estratégia discursiva provocou não ficou restrita ao cenário político. Dois anos mais tarde, ela tomou as ruas e, principalmente, as redes sociais, a favor da candidatura de Jair Bolsonaro à presidência da república.

Tendo sido eleito em razão do voto de diferentes segmentos, mas sobretudo por aquele constituído pelo eleitorado evangélico, Bolsonaro desde antes do início do mandato havia estabelecido uma forte aproximação com os defensores da chamada 'pauta de costumes'. Nessa perspectiva de governar o todo da população tomando como imperativo os valores de somente uma parcela desta, o governo Bolsonaro acionou a família como um campo moral e uma construção necessária dentro da ordem social, imbuindo a ela uma responsabilização em estreita relação com os pressupostos neoliberais.

Ao colocar em consonância preceitos conservadores e neoliberais, a família é elevada a protagonista e seu 'altruísmo' invocado por diferentes ministérios para servir como contrapeso necessário às liberdades de mercado. A criação em 2019 do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, chefiado inicialmente pela pastora Damares Alves, solidificou o propósito de privatização da família e de responsabilidade familiar. Esse mesmo *modus operandi* aparece no Ministério das Relações Exteriores e no Ministério da Economia, que por várias vezes acionaram os laços familiares para funcionarem como sustentáculo do livre mercado.

Com a corrosão dos sentimentos de pertencimento e solidariedade social produzidos constantemente pelo neoliberalismo, a família torna-se 'o último reduto de humanidade' (QUINTELA, 2020). Esse familismo, no entanto, não propõe o questionamento das medidas de austeridade, do desemprego, da precarização da vida, consequências diretas das políticas neoliberais. O que ele produz é a exacerbação de um 'discurso nacional-teológico de sacrifício moralizado' por parte das famílias (BROWN, 2018). Cabe a essa instituição, dentro do que a governamentalidade neoliberal instaura, aceitar as responsabilidades que lhe são impingidas e se defender dos 'ataques' aos seus valores. É precisamente a partir desse deslocamento de prerrogativa de responsabilidade do Estado para as famílias que vemos a lógica da proteção familiar atingir novamente o cenário educacional brasileiro quando a aprovação do ensino domiciliar passa a ser uma das prioridades do governo Bolsonaro.

No Brasil, o ensino domiciliar era uma prática comum até o século XIX. Desde o Império, passando pela República Velha e até a década de 80, havia dispositivos legais que o amparavam. É

somente a partir da Constituição Federal de 1988 e, sobretudo, da aprovação da Lei nº 8069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que a matrícula e a frequência à educação escolar passam a figurar como obrigatórias (CURY, 2019).

De acordo com Oliveira e Barbosa (2017), o movimento a favor do *homeschooling* apresentou durante muito tempo um caráter heterogêneo, sendo defendido em vários países por diferentes posições antiestatistas, que passam por anarquistas, liberais individualistas e posições religiosas fundamentalistas, todas elas, de algum modo, críticos da instituição escolar. No Brasil, pelo menos até o início do século XXI, as mobilizações restringiam-se a situações específicas em que famílias que já praticavam essa modalidade buscavam defender-se da acusação de desrespeito ao ECA e à LDB, que também afirma o dever dos pais ou responsáveis pela matrícula das crianças em estabelecimentos de ensino. É somente após a Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED), criada em 2010, aproximar-se dos movimentos cristãos conservadores alinhados a Bolsonaro e sua base, que o movimento passa a ter uma atuação mais efetiva junto ao poder legislativo.

Depois de alguns projetos de lei que não encontraram respaldo junto aos parlamentares, em 2012, a Câmara recebeu o PL nº 3.179/12, pelas mãos do deputado Lincoln Portela. Tal projeto acrescenta parágrafo ao art. 23 da LDB, para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica. Após este, pelo menos mais 5 projetos tramitaram junto ao legislativo federal, seguidos por um apelo mais contundente de seus defensores que, assim como no caso do Escola sem Partido, posicionavam-se a favor do direito dos pais de decidirem sobre a educação de seus filhos.

O movimento ganhou novamente evidência em 2018, quando o Supremo Tribunal Federal (STF), a partir de ação movida por uma família adepta ao ensino domiciliar, decidiu que o *homeschooling* não poderia ocorrer enquanto não existisse uma lei que o regulamentasse. Em 2020, ano em que o planeta foi atingido pela pandemia da Covid-19, o projeto voltou a ter cobertura midiática, dessa vez em razão da necessidade de distanciamento social e do consequente ensino remoto, que passa a ser uma alternativa a milhões de estudantes. Tal fato serviu de justificativa para os defensores da prática apontarem a regulamentação como uma necessidade que

beneficiaria a sociedade, a despeito das diferenças envolvendo o ensino domiciliar e o ensino remoto ou híbrido, realizado a partir de atividades pedagógicas desenvolvidas e amparadas por professores vinculados a uma instituição escolar.

Em maio de 2022, a partir do apoio do Ministério da Educação, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e de toda a base governista, o Projeto de Lei nº 3.179, de 2012, após sofrer alguns ajustes, é novamente posto em votação e, em regime de urgência e sem passar por análise de comissão, é aprovado na Câmara dos Deputados. Encaminhado para o Senado, onde atualmente tramita, o PL prevê a alteração do ECA e da LDB para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica.

O que sustentou os argumentos para a aprovação do PL, na maioria das falas dos deputados, foi a defesa de um determinado código moral que estaria sendo atingido em razão de uma 'ideologização' e uma apologia à 'sexualização precoce' realizadas nas escolas. Para além da prerrogativa da liberdade de escolha concedida às famílias, o que se estabeleceu a partir da mobilização de um pânico moral foi uma relação de saber-poder que buscou estabelecer a primazia da família tradicional e seu conjunto de valores diante do Estado e da sociedade.

Assim como no caso do Escola sem Partido, a defesa do *homeschooling*, no contexto do neoliberalismo conservador, ancora-se na prevalência de um conhecimento doméstico-familiar em detrimento de conhecimentos elaborados e compartilhados na escola que derivam da pesquisa e da demonstração. Determinados valores e preceitos são tomados como verdadeiros e irrefutáveis e, portanto, não passíveis de serem 'negociados' ou mesmo questionados. Nesse âmbito, a liberdade para escolher o tipo de escolarização a ser oferecida aos filhos não significa apenas uma forma extrema de privatização da educação que tira da esfera do Estado Democrático um direito social, como também um ataque ao próprio conceito de instituição escolar moderna.

Segundo Veiga-Neto (2022), aquilo que se conhece como a tríade do Iluminismo-Modernidade-Democracia está diretamente ligada à escola, pois é ela que coloca todo este progresso em funcionamento:

[...] o desenvolvimento científico e tecnológico, o alfabetismo, o aumento da expectativa de vida...tudo isso está ligado à escola moderna. Tirar a escola de jogo ou diminuir o papel da escola como apenas 'mais uma instituição é ferir de morte a ciência, a tecnologia, a arte, a saúde e a própria democracia' (VEIGA-NETO, 2022, on-line)

A ideia de escola vai muito além de uma escolarização obrigatória definida por lei e do acesso a determinados conhecimentos a serem compartilhados entre todos. É nessa mesma direção que Lockmann e Traversini (2020), ao discutirem a questão da escolarização doméstica, sustentam que o espaço da escola é inapropriável. Os processos que ali acontecem não podem ser reproduzidos em outros lugares, como no âmbito doméstico, uma vez que eles se dão em "um espaço aberto de criação e invenção, o qual só pode ser produzido quando diferentes vozes, diferentes sujeitos, diferentes gerações, diferentes etnias, diferentes crenças e formas de vida, se encontram" (TRAVERSINI; LOCKMANN, 2020, p. 74).

A modernidade se constituiu em práticas coletivas onde a escola moderna teve um papel fundamental quando se trata da diferenciação do seio familiar e do espaço coletivo. É a escola, entendida enquanto um 'embrião da sociedade democrática', que traz consigo a pluralidade, o campo da convivência com o contraditório, aspecto que nem a família nem a socialização entre iguais possibilita. A convivência entre diferentes gera tensões e aponta os caminhos para o convívio democrático em sociedade:

[...] diferentes se encontram em um espaço comum a fim de conhecerem e praticarem "as regras do jogo". Os diferentes se encontram para que haja um reconhecimento recíproco da igualdade, da igualdade essencial entre todos os seres humanos. Os diferentes se encontram para, em base de igualdade, reconhecer e respeitar as diferenças. É nesse ir e vir de conhecimento comum, de aprendizado das regras do jogo, da consciência da igualdade e do reconhecimento do outro como igual e diferente que se efetiva a "dignidade da pessoa humana", princípio de nossa Constituição (CURY, 2019, p. 5).

A retirada da esfera do Estado da responsabilidade pela educação escolar e a conseqüente precedência da família encaminha para a destituição daquilo que se conhece como instituição escolar e para a fratura do modelo de vida em sociedade, guiado pelo necessário reconhecimento do outro, pelo reconhecimento da igualdade essencial entre todos os indivíduos e, por conseqüência disso, pela capacidade de convívio com o diferente, com o plural.

Enquanto o programa Escola sem Partido, a partir da tentativa de 'controle, seleção, organização e distribuição do discurso' (FOUCAULT, 2014), visa estabelecer aquilo que pode ou não ser ensinado nas escolas, segundo valores mobilizados pela instância familiar, o movimento pelo *homeschooling* tenciona definir não apenas o que pode adentrar na ordem do discurso escolar, mas também com quem se aprende, com quem se convive. Ambos aparecem como aparatos de uma governamentalidade, como mecanismos de regulação de grupos, corpos, de práticas, de sujeitos que visam instaurar a primazia de uma ordem privada, homogênea e familiar em detrimento do público, do plural e do coletivo.

A elevação dos laços familiares em detrimento dos laços sociais, realizada nos domínios da educação a partir de movimentos como o Escola sem Partido e o *homeschooling*, aponta para a corrosão do ideal de escola republicana e da própria noção de social. O direito ao ensino domiciliar e a que os filhos recebam uma educação moral, sexual e religiosa condizente com os valores familiares, mais que significar um apelo às liberdades individuais, coloca-se como

[...] a ponta de lança com o qual os compromissos democráticos com a igualdade, a civilidade e a inclusão são contestados nas batalhas legais neoliberais. Mas as forças por trás delas, que realizam incursões contra a sociedade e a democracia, são os valores e reivindicações do mercado, combinados com aqueles do familismo heteropatriarcal cristão (BROWN, 2019, p. 140).

O projeto político neoliberal em sua atual conjuntura, pautado pela lógica do mercado e atrelado à defesa de uma moralidade tradicional, tem mobilizado um discurso de liberdade capaz de justificar a contestação e mesmo a exclusão de certos modos de vida não condizentes com o que hegemonicamente se estabeleceu em

torno dos ideais do homem branco, heterossexual e cristão. A partir da produção de ‘pânicos morais’ que servem para justificar a necessidade de proteção da esfera privada, instaura-se uma disputa contra tudo aquilo que desafia a manutenção das hierarquias de gênero, raça, religião ou as políticas que promovem correções das diferenças entre classes.

À medida que a vida passa a ser guiada pelos princípios de mercado, de um lado, e pelos laços familiares, de outro, o social, entendido como o lugar da justiça e do bem comum, como o fundamento da democracia, torna-se o inimigo que precisa ser aplacado. A escola, nesse escopo, aparece como um dos espaços em que se intenta produzir o desmantelamento da ideia de sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do pontuado ao longo do texto, entende-se que a governamentalidade neoliberal, em sua atual face conservadora, pode ser analisada a partir da convergência em torno da ideia de ‘responsabilização familiar’ promovida tanto pelos neoliberais quanto pelos conservadores. De um lado, observa-se o recrudescimento de uma política econômica austera que impele os indivíduos a um quadro agudo de precarização da vida. Nesse cenário, a família aparece como o dispositivo de segurança do sistema de desresponsabilização do Estado, também ele guiado pela lógica neoliberal. De outro, percebe-se uma restauração das ‘formas tradicionais de vida’ e a tentativa de normalização autoritária da população, a partir da imposição de um determinado modelo de família e um ‘conjunto de valores e regras de ação’. A partir de um discurso de liberdade, certos preceitos morais passam a ser instaurados para o todo da população, produzindo-se, assim, uma hierarquização de saberes e uma complexa disputa envolvendo regimes de verdade sobre a família.

Nos domínios da educação, o programa Escola sem Partido e o movimento pelo ensino domiciliar aparecem como aparatos dessa governamentalidade que visa impor a lógica privada para toda a população, alçando a soberania dos valores familiares tradicionais acima do âmbito coletivo. Essa elevação dos laços familiares em detrimento dos laços sociais encaminha para a rompimento

do pacto social produzido em torno da escola e para corrosão da ideia do social, entendido como o “local em que somos mais do que indivíduos ou famílias, mais do que produtores consumidores ou investidores econômicos e mais do que meros membros da nação” (BROWN, 2019, p. 38).

Margaret Thatcher justificava seu modo de governar em consonância com os princípios neoliberais utilizando a frase ‘não há alternativas’. Nos últimos tempos, a tentativa de saturação de qualquer léxico contrário à razão neoliberal também tem sido uma constante. Ditar o modo de sentir, de pensar, de se guiar dos indivíduos a partir de uma única lógica, a do mercado, está no cerne desse projeto político. A despeito disso, retomando Foucault (1995, p. 242) e o entendimento de que não há algo como ‘o poder’, mas apenas relações de poder exercidas por ‘uns’ sobre os ‘outros’, e que o poder só se exerce sobre ‘sujeitos livres’, entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades onde diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer, é possível mobilizar contracondutas que fujam à falta de alternativas projetada pela razão-mundo neoliberal.

De acordo com Macedo (2017, p. 520), como o poder não é da ordem do exterior, não é algo posto em funcionamento, “sua eterna ameaça é o fantasma que ele mesmo gesta. A imprevisibilidade que ele se movimenta para controlar, mas que está sempre lá, como o expulso que o constitui”. Essa impossibilidade de saturação, no entanto, não torna a ação política desnecessária; ao contrário, torna-a incessante. A mesma ação performativa que produz diferença produz também o controle das significações.

Sob essa perspectiva, a luta política possível é aquela que busca abrir fissuras nesse controle, trazendo à tona os sentidos que se quer excluir. Interrogar-se sobre como a condução das condutas na governamentalidade neoliberal conservadora encaminha para o rompimento do pacto social criado em torno da escola e da própria ideia de sociedade é também um modo de estabelecer uma conduta outra. Retomar a escola enquanto ‘espaço inapropriável’ do comum e do democrático, como o espaço que torna possível o encontro com o diferente, com o contraditório, coloca-se, pois, no caminho da retomada do político e da diferença constitutiva que se tem tentado eliminar.

REFERÊNCIAS

A DOUTRINAÇÃO é um problema grave na educação brasileira? Por quê? **Escola sem Partido**, 2019. Disponível em <http://escolasempartido.org/blog/faq/>. Acesso em 2 set. 2022.

ALMEIDA, R. Deuses do Parlamento: os impedimentos de Dilma. In: ALMEIDA, R.; TONIOL, R. (Orgs.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política anti-democrática no Ocidente**. São Paulo: Politéia, 2019.

BROWN, W. **Cidadania sacrificial, neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade**. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018.

COOPER, M. **Los valores de la familia. Entre el neoliberalismo y el nuevo social-conservadurismo**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2022. Disponível em: https://traficantes.net/sites/default/files/pdfs/PC_27_COOPPer_web.pdf. Acesso em 13 nov. 2022.

CURY, C. R. J. Homeschooling ou Educação no Lar. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 35, e219798, p. 1-8, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/edur/a/Z8rKFbJP9B3k6G7mdgbxBcT/?lang=pt>. Acesso em 19 nov. 2022. DOI: 10.1590/0102-4698219798.

DARDOT, P. *et al.* **A escolha da guerra civil**. Uma outra história do neoliberalismo. São Paulo: Elefante, 2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade II, O Uso dos Prazeres**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2010.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. Disponível em <https://www.institutoliberal.org.br/biblioteca/classicos/o-caminho-da-servidao-f-hayek/>. Acesso em 4 jul. 2022.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**. O neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

MACEDO, E. As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.38, n.139, p. 507-524, abr./jun, 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/JYfWMTKKDmzVgV8VmwzCdQK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 1 dez. 2022.

MOURA, F. P. de; SILVA, R. da C. A. da. **6 anos de projetos “Escola sem Partido” no Brasil: levantamento** dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar. Brasília: Frente Nacional Escola Sem Mordaça, 2020.

OLIVEIRA, R. L. P. de; BARBOSA, L. M. R. O neoliberalismo como um dos fundamentos da educação domiciliar. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 28, n. 2, p. 193-212, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8650334>. Acesso em: 1 dez. 2022.

PELBART, P. P. **O mimimi como categoria biopolítica**. Cadernos de Subjetividade. (PUCSP), v. 20, 2019, p. 99-104.

QUINTELA, D. F. A direita bolsonarista: neoliberalismo, neoconservadorismo e a instrumentalização política da “família”. In: **Encontro Anual da ANPOCS**, 44, 2020, São Paulo. Anais eletrônicos [...]. São Paulo:

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2020. p.1-25.

SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

THATCHER, M. *Interview for Woman's Own* ("no such thing as society"). Douglas Key. Margaret Thatcher Foundation. [set. 1987]. Disponível em: <https://www.margaretthatcher.org/document/106689>. Acesso em 21 ago. 2022.

TRAVERSINI, C. S.; LOCKMANN, K. Problematização da escolarização doméstica: uma defesa da escola pública enquanto espaço comum e democrático. **Pro-Posições** [online]. 2022, v. 33. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2020-0040>. Acesso em 10 nov. 2022.

VEIGA-NETO, A. **Entrevista:** A vida social, a coletividade, só se aprende na escola. Disponível em <https://institutoracionalidades.com.br/noticias-e-textos/a-vida-social-a-coletividade-so-se-aprende-na-escola-diz-alfredo-veiga-neto/>. Acesso em 10 nov. 2022.